

SAMANTHA NAGLE CUNHA DE MOURA
JOÃO FELIPE ZINI CAVALCANTE DE OLIVEIRA
MARCELO MACIEL RAMOS
PEDRO AUGUSTO GRAVATÁ NICOLI

**DADOS DE VIOLÊNCIAS
CONTRA PESSOAS LGBTQIA+**
na Região Metropolitana
de Belo Horizonte

2023

DIVERSO UFMG

NÚCLEO JURÍDICO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO
OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS LGBTQIA+

COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Marcelo Maciel Ramos
Professor de Direito da UFMG

Pedro Augusto Gravatá Nicoli
Professor de Direito da UFMG

Samantha Nagle Cunha de Moura
Doutoranda em Direito da UFMG

PÓS-GRADUANDES

Cyrana Borges Veloso
Doutoranda Ciências Sociais UFMG

Danúbia da Costa Teixeira
Doutoranda Linguística Aplicada UFMG

Gabriela Campos Alkmin
Doutoranda Direito UFMG

João Felipe Zini Cavalcante de Oliveira
Doutorando Direito UFMG

Luiz Fernando Prado de Miranda
Mestrando Ciência Política UFMG

Márcia Fernanda Ribeiro da Costa Valentin
Doutoranda Direito UFMG

GRADUADOS E GRADUANDES

Aline Lopes
Graduanda Ciências Sociais UFMG

Enrico Martins Poletti Jorge
Bacharel Psicologia UFMG

Gabriel Radamesis Gomes Nascimento
Graduando Direito UFMG

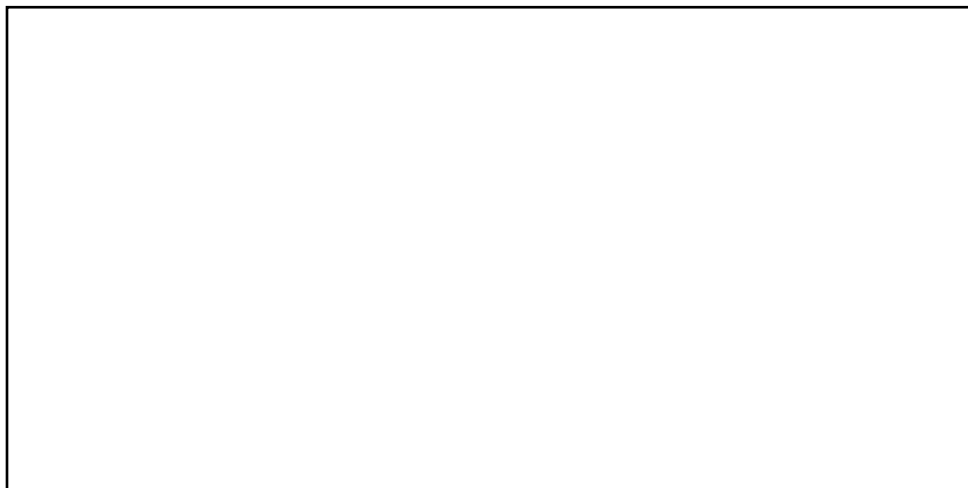
COLABORADOR

Samuel Araújo Gomes da Silva
Professor Demografia UFMG

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Marina Cupertino Xavier

*Para Leonardo e os demais que não
puderam ver a publicação deste relatório.*



Enrico Martins Poletti Jorge

UM CORPO

Ontem, chegado semi lúcido de um boteco mal asseado
me peguei em prantos sob a luz da geladeira
que ao servir de holofote em escuridão calculada
torna visível o contorno do meu desespero

Faz um dia que acharam seu corpo
mas já não havia tanto assim de ti por lá
para além de suas intenções de flagelo
ao atirar-se aos leões com devida sutileza

Fazem quatro semanas que eu vejo o mesmo ângulo de seu rosto
o mesmo fantasma que aos poucos substitui o teu nome
ele é bonito e silencioso
e levanta perguntas retóricas sobre o vazio

Semana passada uma mulher se jogou do quinto andar
não tive estômago de atrever o olhar
mas pensei se seu sangue havia espirrado
e manchado a lona da banca de jornal

Pensei em ti,
que se fora sem fazer soar as sirenes de ambulâncias
e no seu tamanho enfado em ver acionarem viaturas
para procurarem o fardo que deixara em matéria

Nunca esperei que fosse encontrado,
era como fechar um livro em meio a um parágrafo
uma recusa do fim não por esperança
mas por lirismo amargo

Pois agora és corpo a ser velado,
é um luto amargo a ser vivido e lentamente elaborado
é uma perda que escancara o abismo
em que balançamos as pernas despreocupados

Eu, que te conheci por meio de suas chagas
que te convidei a mostrar-me as cicatrizes
evito as gravações de tua via crucis
que sentam mornas no HD do trabalho

Eu, que por ética não me propus a te amar
mas que por espelho me enxergo em teus calos
não como responsável pelo arco final
mas como irmãos de pesados fardos

Eu, Sinto muito.

Apresentação 10

1. Os desafios de pesquisar
violência LGBTfóbica
se aprofundam 16

2. Algumas notas sobre a
metodologia dessa pesquisa 22

3. Descrição dos resultados
a. Considerações preliminares
b. Principais resultados 30

4. Cruzamentos selecionados 60

5. Bloco de perguntas
para pessoas trans 66

(In)Conclusão 78

LESBIC A

LES B

LESBIC

Apresentação

É com muita alegria que publicamos a primeira fase dos resultados da pesquisa que começamos a gestar em 2020 dentro do Observatório de Violências contra Pessoas LGBT do Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero, programa de extensão vinculado à Faculdade de Direito.

Trata-se de iniciativa cuja primeira fase consistiu na aplicação de questionário virtual para obter informações sobre as vidas de pessoas LGBTQIA+ residentes em Belo Horizonte e região metropolitana em relação aos seguintes pontos: perfil socioeconômico; prevalência de violências físicas, sexuais e psicológicas em espaços públicos e privados; discriminações no ambiente de trabalho e no acesso à moradia, à saúde e à segurança pública. Esta iniciativa compõe uma série de três publicações sobre as pesquisas encampadas pelo Observatório entre 2020 e 2023, sendo seguido pela publicação dos resultados da segunda fase desta pesquisa (consistente na análise qualitativa das entrevistas realizadas com o público participante da primeira fase) e dos dados construídos a partir da pesquisa na Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte de 2022.

Foi uma longa caminhada para chegarmos até aqui, sobretudo diante de uma pandemia que atravessou tão profundamente as vidas da própria equipe e, certamente, das participantes da pesquisa. Por isso mesmo, antes de seguirmos com a apresentação de nossos dados, gostaríamos de agradecer a cada pessoa que dedicou seu tempo precioso para responder nosso questionário no meio de uma emergência sanitária e humanitária cujas repercussões ainda estamos sobrevivendo.

Nosso profundo agradecimento à consultoria técnica fundamental e disponibilidade generosa de Samuel Araújo Gomes da Silva, referência para nós em pesquisas empíricas sobre as vidas de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, que foi indispensável à tabulação dos dados quantitativos da primeira fase da pesquisa que apresentamos aqui. Também é preciso dizer que esta iniciativa não teria sido possível sem nossos financiadores: a Embaixada dos Países Baixos e o mandato do Deputado Federal Patrus Ananias. Atrás de qualquer pesquisa existe uma escolha consciente de investimento. Agradecemos pelo entendimento, tão em falta no Brasil por quem nos governou há pouco, de que vidas LGBTQIA+ importam.

Por fim, mas não menos importante, damos os devidos créditos à toda a equipe valorosa do *Observatório de Violências contra Pessoas LGBT*, membros/as presentes e passados/as, que de alguma forma participaram da construção do desenho metodológico, dos instrumentos de coleta de dados, das estratégias de divulgação, do acompanhamento da pesquisa junto ao Comitê de Ética da UFMG e da própria análise da tabulação dos dados aqui apresentados.



GENETICS
CENTERS

Os desafios de pesquisar violência LGBTfóbica se aprofundam

1

Desde 2016, o Observatório vem produzindo dados primários sobre violência LGBTfóbica, aplicando questionários fechados durante as Paradas do Orgulho LGBT de Belo Horizonte. Com essa atuação, vem se firmando como uma referência para nossos parceiros públicos e da sociedade civil na difusão de conhecimento científico sobre as experiências e necessidades das pessoas LGBTQIA+ em Minas Gerais. Essa tradição soma-se a tantas outras iniciativas valiosas em nosso país, como do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania (Nuh) da UFMG, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e do Coletivo #VoteLGBT, notáveis sobretudo em um contexto de extermínio de pessoas marcadas como marginais e perigosas por nossa sociedade, nossos representantes eleitos e nossas instituições.

Mais do que isso, fazemos pesquisa em um contexto de desvalorização dessa atividade. Apenas em 2022 o IBGE realizou o primeiro levantamento em relação à orientação sexual da população brasileira em sua Pesquisa Nacional de Saúde, seguindo uma metodologia ainda sem um "grau completo de maturidade" (BARROS, 2022), com fortes indícios de subnotificação e sem coletar informações sobre identidade de gênero. A reivindicação histórica dos movimentos LGBTQIA+ organizados pela inclusão dessa população no censo do IBGE ainda não foi considerada seriamente, tendo o instituto inclusive desafiado judicialmente (e com sucesso!) a inclusão de perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo 2022 (LUZ, 2022).

Esse contexto não é somente brasileiro. Em levantamento que realizamos em maio de 2020 sobre estudos disponíveis *online* que abordam violência contra pessoas LGBTQIA+ no mundo¹⁻², apenas doze dos sessenta relatórios que encontramos foram iniciativas nacionais capitaneadas por órgãos estatais. Dois desses estudos são do Brasil, utilizando dados do Disque 100, sendo que o último deles, de 2019, consiste em um compilado de informações extraídas da plataforma sem uma análise desagregada dos dados relacionados

¹ O levantamento foi realizado pelos extensionistas Aline Lopes, João Zini e Samantha Nagle. A pesquisa foi feita pelo mecanismo de busca do Google, dividida por regiões geográficas, e usando palavras-chave. Para informações detalhadas sobre a metodologia, confira nosso estudo referenciado aqui.

² Essa amostra seguramente não é representativa de todos os estudos existentes sobre o tema, tanto em razão do viés do algoritmo de ranqueamento do Google quanto das limitações de proficiência linguística da equipe, que só pôde analisar relatórios em língua portuguesa, espanhola, inglesa ou francesa.

³ Notadamente, este relatório comete erros terminológicos básicos, incluindo orientações sexuais na categoria "identidades de gênero", como se fossem conceitos sinônimos. Em diversos momentos, os dados referentes à população LGBT foram agregados com os dados de outros grupos vulneráveis, dificultando a extração de informações mais precisas sobre violências propriamente LGBTfóbicas.

à população LGBTQIA+³. A pesquisa apontou que a maior parte dos estudos encontrados sobre o tema no mundo se vale de dados não oficiais, sobretudo com a utilização de *surveys* (em especial *online* e por telefone), entrevistas semi-estruturadas com o público-alvo e ativistas do movimento LGBTQIA+, além de informações obtidas em jornais, revistas e demais canais da mídia. Embora essas metodologias muitas vezes sejam as únicas possíveis diante do desinteresse generalizado de quem tem a capacidade (material e técnica) de recensear a população, o que temos hoje são pesquisas empíricas carentes de representatividade em suas amostras. Isso tem impacto muito concreto na vida das pessoas LGBTQIA+, já que os vieses amostrais diminuem o fôlego de nossas análises e impedem o desenho preciso de políticas públicas voltadas a esse público.



Para ler nosso relatório crítico-metodológico de 2020 sobre estudos de violência LGBTfóbica no mundo, acesse o QR Code com seu celular!

Os relatórios de abrangência mundial ou regional que levantamos, inclusive aqueles coordenados por organizações supranacionais, também não são representativos, uma vez que costumam condensar os dados nacionais, regionais e continentais já marcados por vieses. No contexto da América Latina, a própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos já reconheceu, em duas oportunidades (2015; 2018), que a subnotificação (motivada pelo medo de represálias e pela desconfiança no sistema de justiça criminal), além da limitação dos mecanismos oficiais de coleta (sem desagregação dos dados relativos às pessoas pertencentes à sigla LGBTQIA+ e sem consideração das variadas vulnerabilidades a que estão sujeitas), levam a uma ausência de dados quantitativos/qualitativos confiáveis sobre violência LGBTfóbica na região.

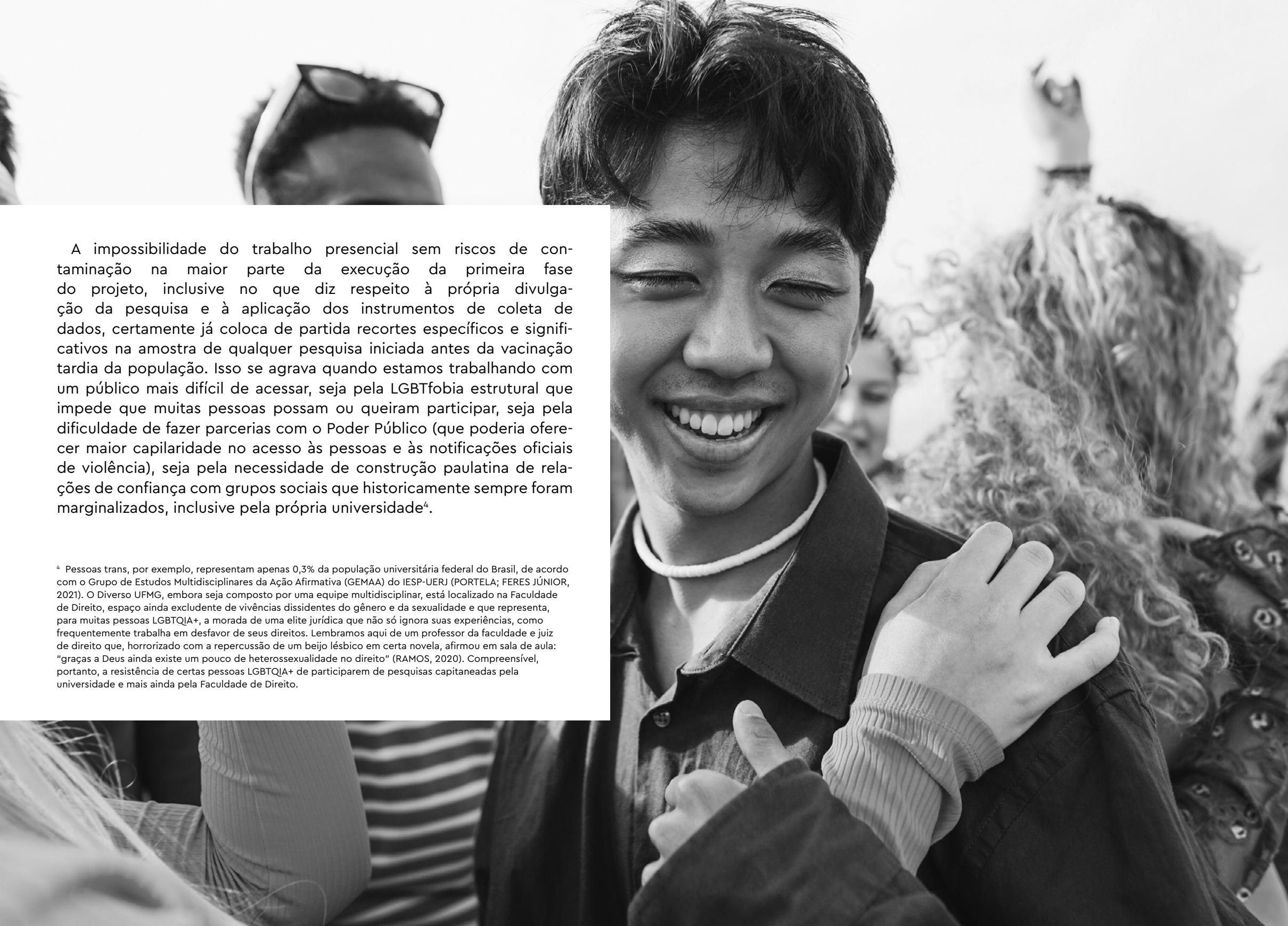
No caso do Brasil especificamente, a Comissão (2019, p. 36) alertou que no país "ou nenhuma informação é coletada ou, quando a informação é coletada, ela não é devidamente desagregada". A Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, após assumir esse novíssimo cargo da administração pública federal, confirmou esse "cenário de terra arrasada", em suas palavras: "A gente não tem muita informação, porque a gente foi apagada do cenário" (LISBOA, 2023).

Esse cenário dramático tornou-se urgente com a pandemia de Covid-19. O isolamento social, a tardia imunização, a perda de renda, assim como o maior risco de infecção para as camadas mais pobres que não puderam ficar em casa, trouxeram desafios dolorosos compartilhados por toda a sociedade. Para a população LGBTQIA+, no entanto, sobreviver à pandemia ainda demanda uma resiliência mais complexa de sustentar, sobretudo quando temos em mente os índices de vulnerabilidade bastante variáveis por fatores como classe, raça e identidade de gênero. Em pesquisa realizada pela sociedade civil organizada mediante questionários online com mais de 9.500 respondentes de todo o Brasil (a maioria do Sudeste, branca e cis), ficou claro que a pandemia do novo coronavírus efetivamente trouxe impactos distintos e significativos para o público alcançado pela pesquisa, notadamente a piora na saúde mental acima da média nacional, o afastamento de redes de apoio extrafamiliares e a falta de fonte de renda (#VOTELGBT, 2020). Nada indica que tais índices sejam melhores para a população preta, idosa, travesti e trans, os segmentos sabidamente mais vulneráveis da sigla e mais afetados pela emergência sanitária.

Fazer pesquisa dentro desse cenário, em um dos países com as maiores taxas de mortalidade por Covid-19 do mundo, certamente adicionou novas camadas de complexidade para quem deseja produzir informações seguras para uma população historicamente desprezada pelos escalões mais proeminentes do Estado brasileiro.



Tem interesse em fazer pesquisa sobre violências LGBTfóbicas? Veja nosso webinar de 26/01/22, "Pesquisas Queer: desafios metodológicos para a pesquisa sobre violência contra pessoas LGBT", disponível no Youtube



A impossibilidade do trabalho presencial sem riscos de contaminação na maior parte da execução da primeira fase do projeto, inclusive no que diz respeito à própria divulgação da pesquisa e à aplicação dos instrumentos de coleta de dados, certamente já coloca de partida recortes específicos e significativos na amostra de qualquer pesquisa iniciada antes da vacinação tardia da população. Isso se agrava quando estamos trabalhando com um público mais difícil de acessar, seja pela LGBTfobia estrutural que impede que muitas pessoas possam ou queiram participar, seja pela dificuldade de fazer parcerias com o Poder Público (que poderia oferecer maior capilaridade no acesso às pessoas e às notificações oficiais de violência), seja pela necessidade de construção paulatina de relações de confiança com grupos sociais que historicamente sempre foram marginalizados, inclusive pela própria universidade⁴.

⁴ Pessoas trans, por exemplo, representam apenas 0,3% da população universitária federal do Brasil, de acordo com o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) do IESP-UERJ (PORTELA; FERES JÚNIOR, 2021). O Diverso UFMG, embora seja composto por uma equipe multidisciplinar, está localizado na Faculdade de Direito, espaço ainda excludente de vivências dissidentes do gênero e da sexualidade e que representa, para muitas pessoas LGBTQIA+, a morada de uma elite jurídica que não só ignora suas experiências, como frequentemente trabalha em desfavor de seus direitos. Lembramos aqui de um professor da faculdade e juiz de direito que, horrorizado com a repercussão de um beijo lésbico em certa novela, afirmou em sala de aula: "graças a Deus ainda existe um pouco de heterossexualidade no direito" (RAMOS, 2020). Compreensível, portanto, a resistência de certas pessoas LGBTQIA+ de participarem de pesquisas capitaneadas pela universidade e mais ainda pela Faculdade de Direito.

Algumas notas sobre a metodologia desta pesquisa

2

A ideia inicial do grupo estava voltada à busca de notificações de violência LGBTfóbica em registros públicos. Em dezembro de 2019, procuramos o Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais para discutir um possível acesso aos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS, mais comumente chamados de boletins de ocorrência) para construir um mapeamento dos dados oficiais sobre violência LGBTfóbica, o que foi negado sob a justificativa da impossibilidade de filtragem a partir do campo de declaração de orientação sexual e/ou identidade de gênero, embora iniciativas semelhantes já tivessem sido realizadas por parte da UFMG em cooperação com o Estado de Minas Gerais anteriormente (PRADO, 2018).

Após a devida constituição da equipe de pesquisa e seminários internos de planejamento e organização, começamos as discussões sobre o desenho da metodologia entre os meses de fevereiro e abril de 2021. Diante da emergência sanitária, da suspensão de todas as atividades presenciais da UFMG desde março de 2020 e da impossibilidade de acesso a dados oficiais, optamos por formular um questionário *online* autoaplicado, conscientes dos vieses dessa escolha. Cada metodologia implica repercussões na amostra, no tempo e nos recursos necessários para sua execução. No caso de *surveys* online, exclui-se parcela da população que não tem acesso à internet ou que apresenta menor letramento (inclusive digital), trazendo sobretudo vieses de classe e de idade ao estudo. Não só isso, o fato de que boa parte da divulgação foi feita durante o *lockdown* obviamente diminuiu nossa capacidade de superar as limitações de nossas redes de contato já estabelecidas (também conhecida como técnica *snowballing* ou “bola de neve”, em que a amostra é acessada por meio das recomendações de pessoas conhecidas). Por outro lado, a utilização dessa técnica de coleta tem seus benefícios, especialmente em se tratando de temas sensíveis e envoltos em estigma. O questionário *online* dá maior garantia de privacidade e anonimato aos/às participantes (o que possibilita uma maior participação de pessoas LGBTQIA+ cuja identidade não é pública); oferece maior flexibilidade e controle sobre o ritmo e o momento mais conveniente para responder as perguntas; e, ainda, possibilita a eliminação de possíveis vieses causados pela presença do/a entrevistador/a, razões pelas quais se trata de uma estratégia comum em pesquisas voltadas para populações difíceis de localizar e acessar (UNITED NATIONS, 2014; LAVRAKAS, 2008). Decidida a técnica de coleta, escolhemos utilizar a plataforma do *Google Forms* por ser gratuita, segura e com um design limpo e fácil de manejar. Buscamos usar termos claros no fraseamento de todas

as perguntas, tentando evitar academicismos e juridiquês e definindo conceitos quando necessário, tendo em vista a natureza autoplícável do formulário.

A amostragem do estudo, portanto, é não probabilística, voluntária e intencional. Este desenho é fruto da ausência de dados confiáveis sobre o universo da população LGBTQIA+ em MG, tornando difícil controlar a amostra do ponto de vista da representatividade dos dados. Dito isso, a participação voluntária no estudo foi condicionada por três critérios de inclusão: a) residência em Belo Horizonte ou na região metropolitana; b) autoidentificação enquanto pessoa LGBTQIA+; c) maioria (a partir dos 18 anos de idade). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) estava disponível no próprio questionário, sendo o aceite de seus termos condição necessária para o acesso às perguntas, seguindo as diretrizes do Comitê de Ética da UFMG, que aprovou a proposta da pesquisa (CAAE 52994821.1.0000.5149). Cientes da probabilidade de revitização ao participar do estudo, disponibilizamos no formulário alguns contatos de serviços de atendimento jurídico e psicológico gratuitos ou sob pagamento de valores sociais, assim como solicitamos auxílio da Clínica de Direitos Humanos da UFMG caso algum/a participante necessitasse de apoio jurídico e encaminhamento a outros serviços do sistema de justiça (não chegamos a ser demandados nesse sentido). As perguntas foram dispostas em três blocos: **1) perfil socioeconômico; 2) manifestações da violência e discriminação LGBTfóbicas; 3) espaço aberto para narração livre de experiências**⁵.

Além de dados como idade, raça, identidade de gênero, orientação sexual, ocupação, estado civil, escolaridade, habitação, renda e religião, também estávamos interessados/as em obter mais informações sobre alguns pontos: a) as complexas relações entre, de um lado, publicização/privatização da identidade e, de outro, religião, família e direito à cidade; b) as manifestações mais comuns de violência e discriminação LGBTfóbica na região metropolitana de Belo Horizonte; c) o perfil dos/as agressores/as, a natureza dos relacionamentos e os contextos em que as violações ocorrem (no trabalho, na família, em relacionamentos afetivo-sexuais/conjugais, na

rua, pela internet); d) o nível de satisfação de pessoas LGBTQ+ em relação ao atendimento pelo sistema de justiça criminal e por profissionais da saúde e as possíveis razões que podem desincentivá-las a procurar por esses serviços.

A pandemia exigiu muita flexibilidade e criatividade da equipe, em especial quanto à estruturação das estratégias de divulgação, que foram divididas em duas partes: a primeira, realizada remotamente durante o isolamento social (entre julho e outubro de 2021); a segunda, durante a abertura gradual dos serviços e da própria universidade (de outubro de 2021 até 08 de abril de 2022). Aqui, cabe detalhar melhor essas estratégias de acesso ao público-alvo diante das circunstâncias extraordinárias que vivemos, já que podem ser úteis para pesquisadoras/es, gestoras/es públicas/os, militantes e demais pessoas que também tenham interesse no tema.

Durante o isolamento, organizamos duas rodadas de divulgação. Primeiro, focamos na mídia tradicional (jornais, televisão e rádio), contatos dentro da UFMG (assessoria de comunicação, rádio e TV UFMG, pró-reitorias), redes sociais (tanto do próprio Diverso quanto de influenciadores/as LGBTQIA+) e pessoas/instituições com laços prévios com o Diverso UFMG (familiares, amigos, militantes, representantes eleitas e alguns órgãos públicos com atuação em diversidade sexual e de gênero). Nessa etapa, direcionamos para redes de contato que já conheciam o trabalho do nosso programa de extensão e que provavelmente poderiam multiplicar o conteúdo da pesquisa imediatamente.



Reportagem da TV UFMG de 10/09/2021 sobre negação de direitos a pessoas LGBTQ+ e a pesquisa do Observatório

Na rodada seguinte da divulgação remota, focamos em contatos novos que ainda precisariam estabelecer uma certa confiança no trabalho do Observatório. As matérias em jornais *online* e na rádio, veiculadas na primeira rodada, foram úteis para fornecer maior credibilidade à pesquisa para quem não nos conhecia. Atualizamos nossos materiais de divulgação a depender do destinatário e do modo de divulgação

⁵ Algumas das experiências compartilhadas por respondentes estão registradas ao longo deste relatório. Fizemos alguns ajustes na ortografia e pontuação para facilitar a compreensão de quem nos lê.

(textos mais curtos, informais e facilmente replicáveis para redes sociais e *whatsapp*, por exemplo) e preparamos um novo *release* que incluía a reportagem da TV UFMG sobre nossa pesquisa para encaminhamento via e-mail para contatos mais formais/institucionais. Nessa etapa, impulsionamos o questionário *online* a partir de divulgação tanto paga quanto gratuita em redes sociais como *Instagram* e *Facebook* – focando em grupos de repúblicas de Belo Horizonte, grupos universitários e de organizações que atendem o público LGBTQIA+ na região metropolitana (após pedir permissão aos moderadores para que pudessemos fazer as postagens) –, encaminhamos a pesquisa para o *whatsapp* de grupos populares preparatórios para o Enem e por e-mail aos representantes do Comitê Estadual de Saúde Integral LGBTQ+ e do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais.

Com o arrefecimento da pandemia e o avanço da vacinação, uma pequena e valorosa parte da equipe pôde se mobilizar para iniciar a etapa presencial da divulgação do questionário. Nos dividimos por regiões da capital e também contamos com o apoio de parte da equipe do projeto irmão do Observatório, o Longeviver⁶, que podia fazer algumas incursões presenciais em Contagem. Confeccionamos um material físico de divulgação do projeto (cartilhas e cartazes) e selecionamos alguns estabelecimentos comerciais estratégicos (bares, restaurantes, lanchonetes, saunas, cinemas eróticos, casas noturnas), eventos e equipamentos/órgãos públicos para avançar na divulgação. Nessa etapa, solicitamos auxílio à Coordenadoria Estadual da Política de Promoção da Cidadania LGBTI de Minas Gerais e tivemos a ajuda essencial da Diretoria de Políticas para a População LGBT de Belo Horizonte, via projeto Longeviver, para encaminhar o material por mala direta para equipamentos públicos (unidades básicas, centros de testagem e aconselhamento, unidades de referência, serviços de atenção especializada em infectologia e Centro de Referência LGBT). Também contamos com o DCE UFMG para divulgar a pesquisa em suas redes e em evento sobre cotas trans na universidade em 31 de março de 2022, no *campus* Pampulha. Divulgamos a pesquisa em Contagem, na Blitz da Cidadania, evento voltado ao público trans e travesti, e contamos com a generosidade do querido Dudu,



liderança da militância LGBTQIA+, para espalhar a palavra para fora da capital mineira. Infelizmente não tivemos possibilidade, por questões de segurança para a saúde da equipe e de limitações de tempo, de viajar para outros municípios da região metropolitana durante esse período, o que impactou no retorno dessa fase de divulgação, que não fez aumentar significativamente a quantidade de respondentes.

Fazendo um balanço de todo esse percurso, podemos dizer que a primeira fase do projeto foi marcada por idas e vindas, correções de rota, discussões acaloradas, burocracias, inseguranças, aprendizados e esperanças de contribuir, à nossa maneira particular de acadêmicas/os, para a transformação da realidade. A equipe mudou algumas vezes, adoeceu tantas outras, reuniu-se (remotamente) em dezenas de oportunidades para discutir instrumentos de coleta, objetivos, cronogramas, orçamentos e repartição de tarefas. Foi um processo nada simples de equilíbrio entre a responsabilidade com o tempo precioso e as informações sensíveis compartilhadas por participantes da pesquisa e a acomodação das necessidades fluidas dos/as integrantes da equipe, também envolta na brutalidade do contexto pandêmico e da LGBTQfobia. Conforme apresentaremos nos próximos tópicos, o perfil dos respondentes reflete todo esse contexto e o percurso das decisões tomadas por nós. Apesar disso, trata-se de radiografia importante sobre uma parte das experiências de vulnerabilidade de uma população ainda invisibilizada.

⁶ O Projeto Longeviver LGBTQ+, também desenvolvido pelo Diverso UFMG, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, visa mapear as experiências e necessidades da população LGBTQIA+ com mais de 60 anos na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, a partir sobretudo de entrevistas de história de vida feitas com 75 pessoas idosas, entre homens gays, mulheres lésbicas, pessoas bissexuais, trans e travestis.

HOMOSS

HOM

SEXUAL

30 Descrição dos resultados

3

A. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A pesquisa contou com a participação de 511 indivíduos na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). No entanto, foram excluídas 27 respostas que não cumpriram os critérios básicos de inclusão no estudo. Dentre as exclusões, 18 participantes não residiam na RMBH, um abandonou a pesquisa e oito se identificaram como cisgênero e heterossexuais, não estando inseridos, portanto, no público-alvo do estudo.

Após a exclusão das respostas, a amostra final de análise foi composta por 484 observações. Cabe destacar que algumas perguntas não foram respondidas por todos os participantes ou permitiram múltiplas respostas, o que resultou em um número menor de observações em algumas variáveis.

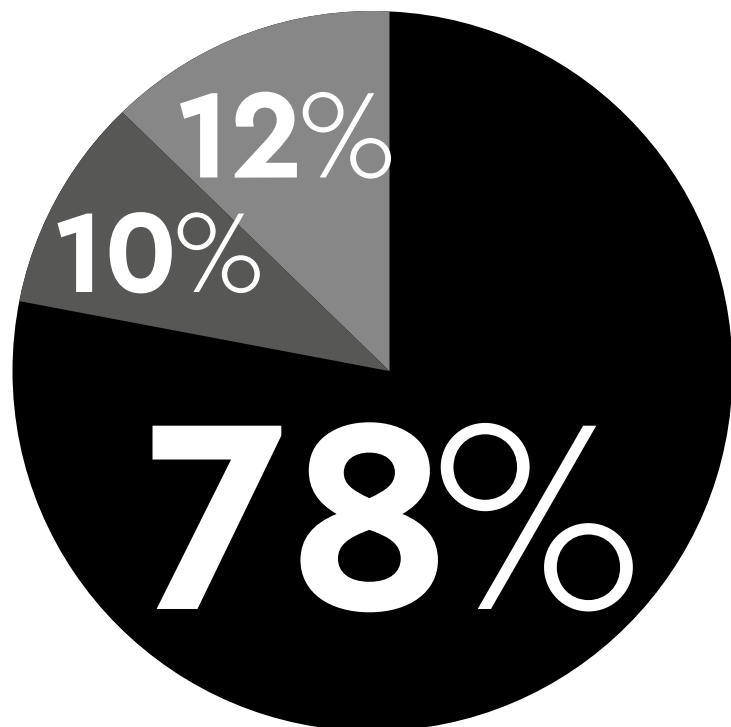
As variáveis analisadas foram apresentadas de forma descritiva, com todas as categorias de resposta disponibilizadas aos participantes. No entanto, para garantir a validade estatística das comparações realizadas, foram propostas algumas agregações e recortes de variáveis. Essas agregações seguiram critérios estabelecidos pelo IBGE, como juntar as categorias de pretos, pardos e indígenas em uma única categoria e os brancos e amarelos em outra. Além disso, foram utilizadas agregações com base em pesquisas recentes, como o #VoteLGBT (2022), para as variáveis de identidade de gênero e orientação sexual.

É importante destacar que a variável idade foi atualizada durante a coleta de dados, o que resultou em categorias que se sobrepõem. Porém, essa atualização foi necessária para que as categorias refletissem a realidade dos participantes e permitisse uma análise mais precisa das informações coletadas.

Outro ponto a ser destacado é que os valores apresentados nos resultados podem diferir das tabelas em função do arredondamento das casas decimais. No entanto, essa diferença é mínima e não afeta a interpretação dos resultados.

GRÁFICO I DOMICÍLIO DOS RESPONDENTES

- Belo Horizonte
- Contagem
- Demais cidades



32

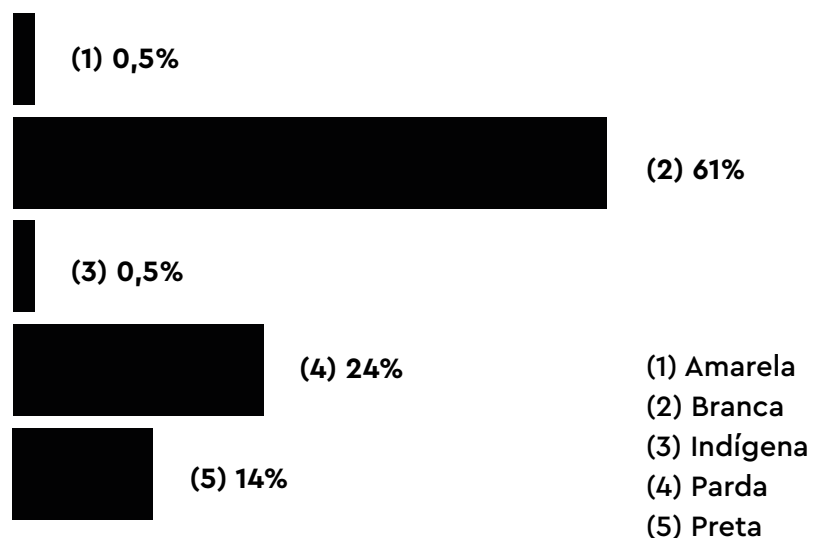
B. PRINCIPAIS RESULTADOS

A análise descritiva dos dados revelou que a maioria dos respondentes (78%) residia em Belo Horizonte. Além disso, a amostra apresentou uma característica jovem, com 70% das pessoas tendo entre 18 e 28 anos e 94% com menos de 38 anos. Tal perfil etário já era esperado como resultado da pesquisa em razão de ter sido aplicada virtualmente durante cenário pandêmico.

De modo geral, cumpre aqui destacar, mais uma vez, o cenário e o meio em que esta pesquisa foi realizada. Como se verá adiante com outros dados, a maioria dos participantes da pesquisa é constituída por homens jovens e brancos. Esse dado está de acordo com o perfil demográfico dos usuários de internet no Brasil, conforme estudo realizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (2020), que revelou que o acesso à internet é maior entre os mais jovens. Cerca de 97% das pessoas de 18 a 24 anos de idade acessaram a internet nos últimos três meses, enquanto apenas 41% das pessoas com mais de 60 anos de idade o fizeram (CETIC, 2020).

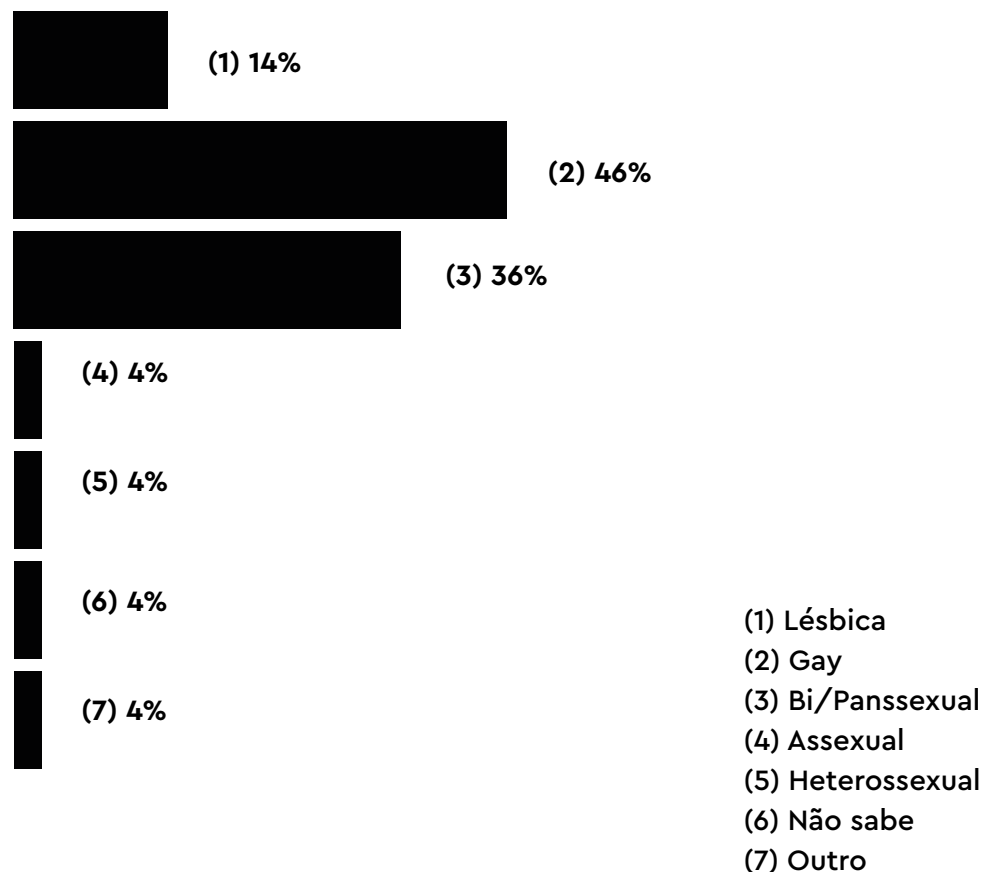
Em relação à raça/cor, a maioria dos respondentes se identificou como branca (61%), seguida por pardos (24%), pretos (14%), amarelos (0,5%) e indígenas (0,5%). Quanto às orientações sexuais mais prevalentes, destacam-se gay (46%), bi/pansexual (36%) e lésbica (14%), sendo os demais 4% distribuídos entre assexual, heterossexual, não sabe, e outros, cada uma com aproximadamente 1%. Esse perfil contrasta com o histórico obtido em anos anteriores, em que a pesquisa era realizada durante a Parada do Orgulho LGBT.

GRÁFICO II RAÇA/COR



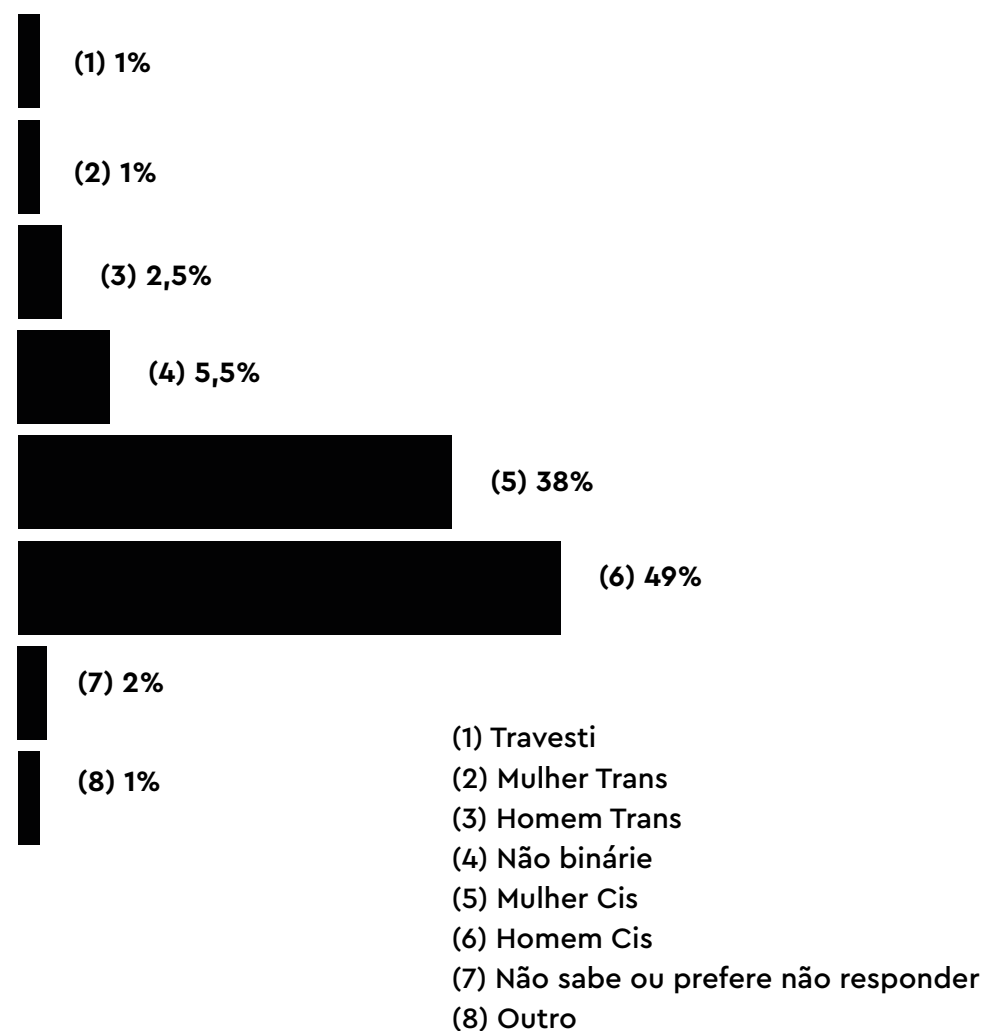
33

**GRÁFICO III
ORIENTAÇÃO SEXUAL**



Em relação à pesquisa realizada na 22ª Edição da Parada, o número de pessoas brancas é consideravelmente superior aos dados históricos, saltando de 37% (DIVERSO, 2019) para 61%. Acredita-se que essa variação se dá em razão do local de aplicação da pesquisa: a primeira em uma Parada do Orgulho, historicamente composta majoritariamente por pessoas pretas e pardas (DIVERSO, 2017, 2018, 2019), a segunda em ambiente virtual durante a Pandemia de COVID-19.

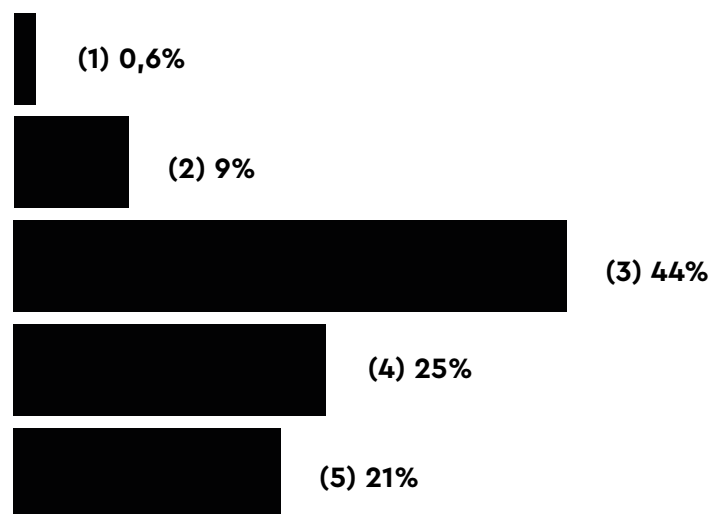
**GRÁFICO IV
IDENTIDADE DE GÊNERO**



No que se refere à identidade de gênero, aproximadamente 87% da amostra se identificou como pessoas cisgênero, sendo 49% homens cis e 38% mulheres cis. Dentre os demais participantes, declararam-se não binários (5,5%), homens trans (2,5%), mulheres trans (1%) e travestis (1%). Também houve 2% que não souberam responder e 1% 'Outro'.

A maioria da amostra (91%) possuía ensino superior incompleto ou mais e estava solteira (90%). Quanto à atividade laboral, 36% declararam que estavam apenas trabalhando, 29% que trabalhavam e estudavam e 7,5% estava estudando e procurando trabalho. Entre os que não estavam estudando e nem trabalhando, 7,5% não estavam procurando emprego e 12,5% estavam em busca de um emprego.

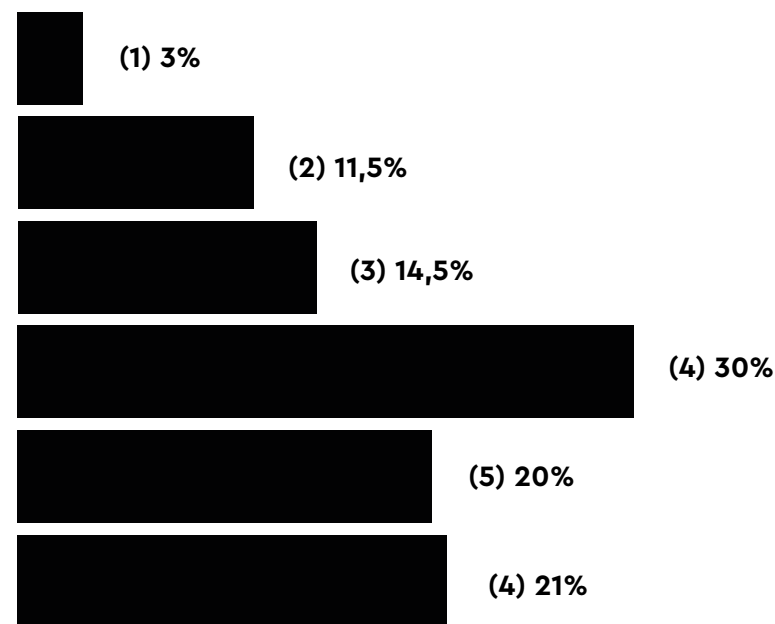
**GRÁFICO V
ESCOLARIDADE**



- (1) Ensino Médio Incompleto
- (2) Ensino Médio Completo
- (3) Ensino Superior Incompleto
- (4) Ensino Superior Completo
- (5) Pós-Graduação

Quanto à renda individual, 21% da amostra declarou não ter renda, 20% recebia menos de um salário mínimo, 30% entre 1 e 3 salários mínimos, 14,5% entre 4 e 5 salários mínimos e 11,5% mais de 5 salários mínimos. Isso provavelmente se deve ao perfil etário dos respondentes, composta principalmente por pessoas jovens, com acesso à internet e graduandos. Destaca-se que entre as pessoas trans a proporção das pessoas sem renda é mais elevada (35%). Já na renda familiar, a categoria que mais apareceu foi acima de 5 salários mínimos (45%).

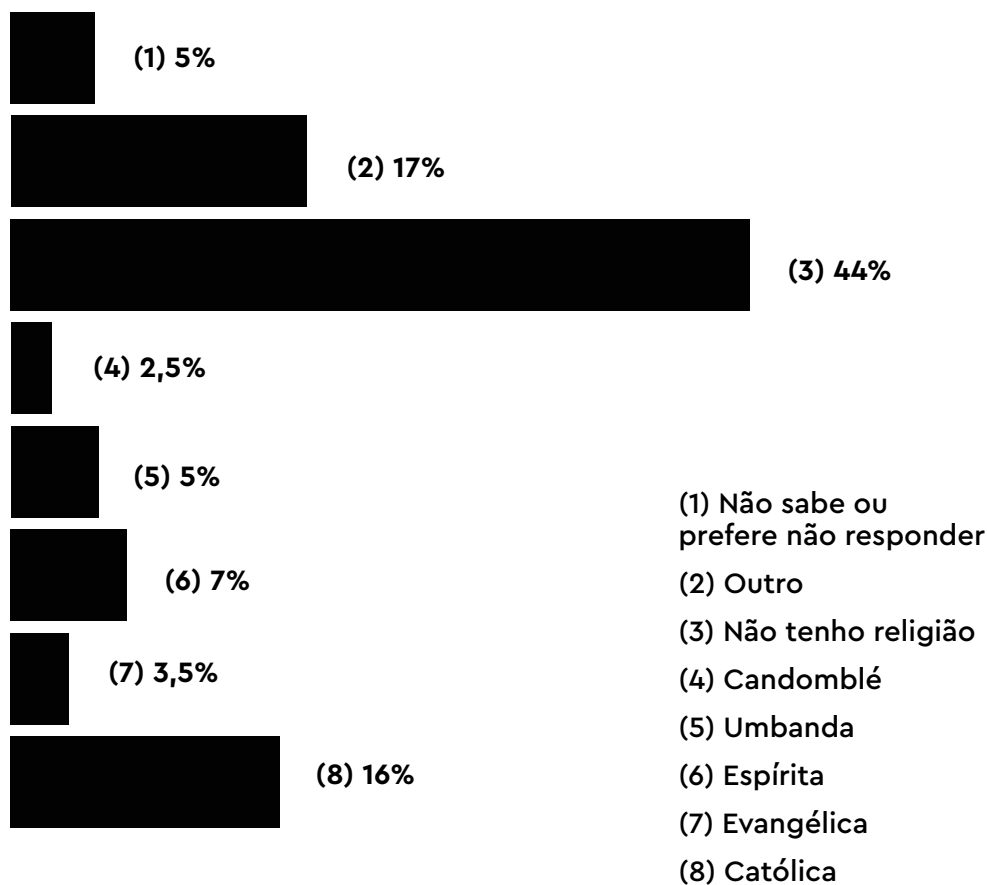
**GRÁFICO VI
RENDA INDIVIDUAL**



- (1) Não sabe ou prefere não responder
- (2) Mais de R\$ 5.500/mês
- (3) Entre R\$ 3.300 e R\$ 5.500/mês
- (4) Entre R\$ 1.100 e R\$ 3.300/mês
- (5) Menos de R\$ 1.100
- (6) Não tem renda

Em relação à religião, 44% da amostra declarou não ter nenhuma religião, enquanto 83% declaram que suas famílias são católicas ou evangélicas.

GRÁFICO VII
RELIGIÃO



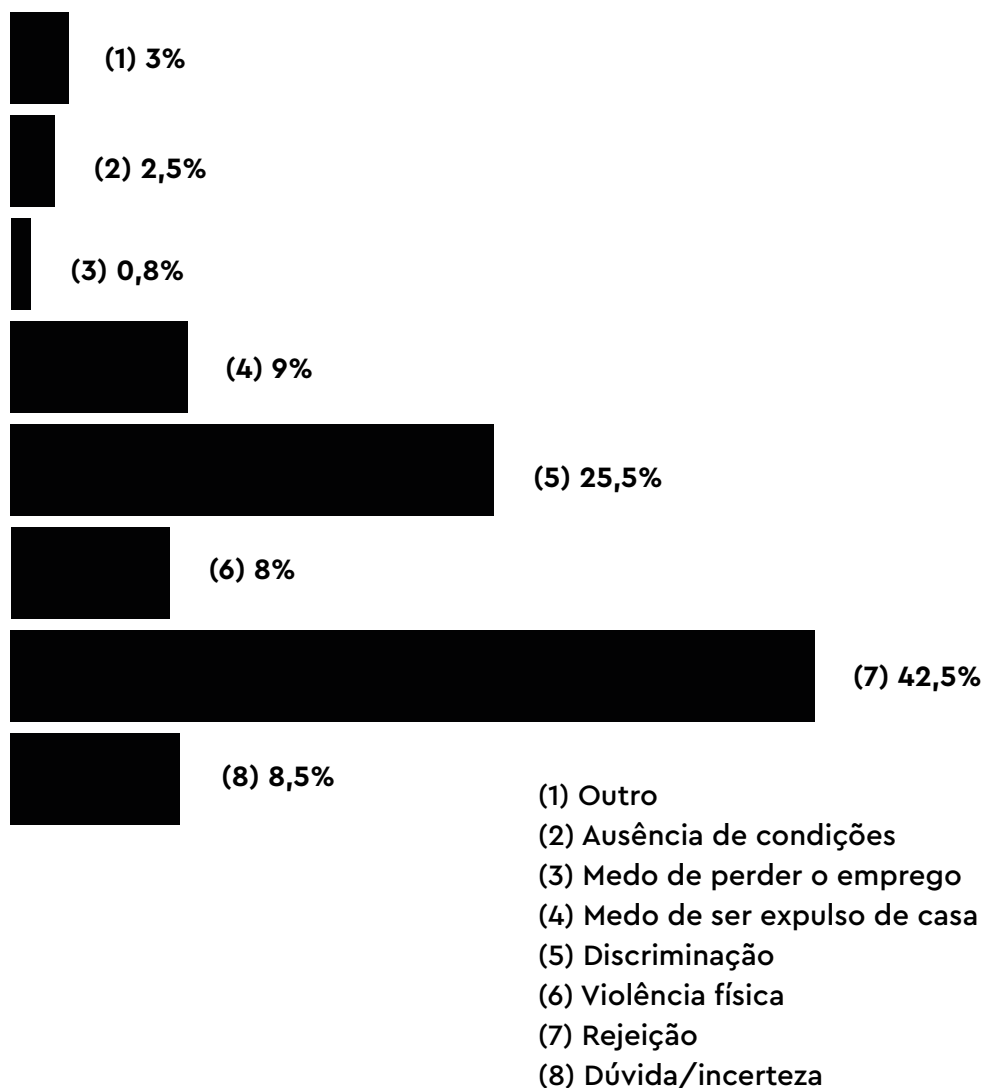
“Me abri em um momento de muita instabilidade emocional, e fui mal recebida pela minha família. Foi muito doloroso e entrei em depressão.”

Mulher cisgênero, bissexual, branca

Em relação à visibilidade, 99% da amostra tinha a sua orientação sexual ou identidade de gênero parcialmente (48%) ou totalmente (51%) pública. A despeito disso, **o medo da rejeição e o medo da discriminação foram apontados como as principais causas que dificultam as pessoas de assumirem a sua identidade enquanto LGBTQIA+.**

Cerca de 55% dos/as respondentes declararam que suas famílias aceitam e convivem com suas identidades, porém, quando o grupo familiar é composto por evangélicos, essa porcentagem cai para 32%. Em famílias católicas, a aceitação familiar sobe para 59%. Em famílias espíritas, esse percentual é de 65%.

GRÁFICO VIII
MAIOR DIFICULDADE PARA SE ASSUMIR LGBT+

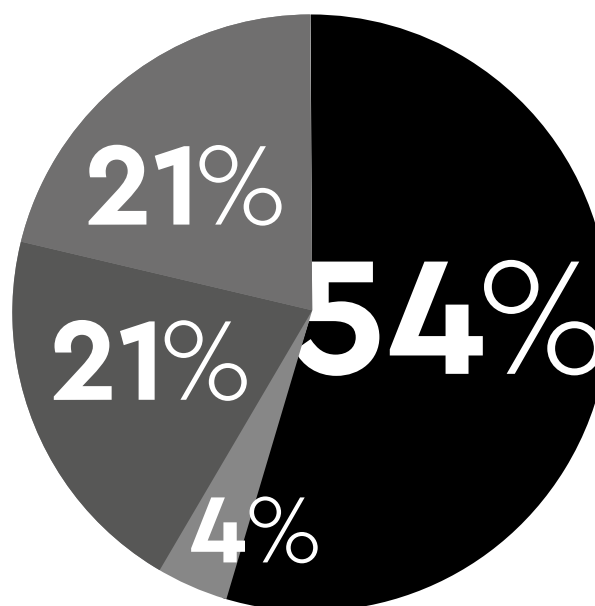


“Não posso ‘ser eu’ em casa por medo da reação e proporção que isso pode tomar”

Queer/gênero fluido, panssexual, branque

GRÁFICO IX
ACEITAÇÃO FAMILIAR

- Não sabe da minha id. gênero e/ou or. sexual
- Não aceita, mas convive
- Não aceita e não convive
- Aceita e convive

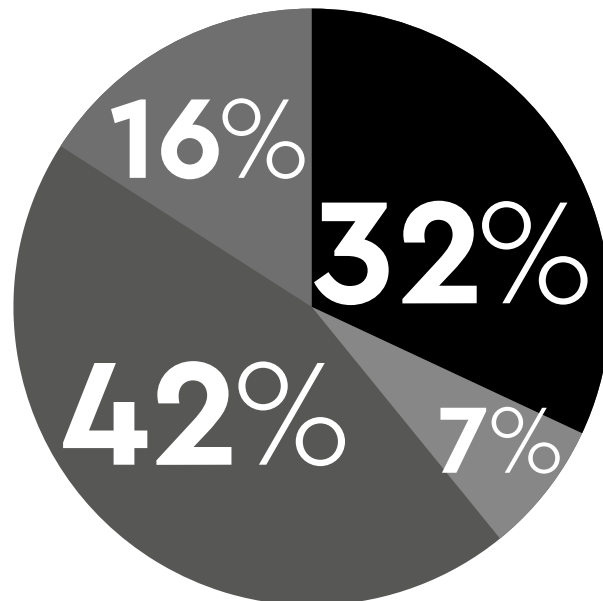


“Não tenho muita vivência de algum tipo de violência, principalmente porque minha sexualidade não é pública, pois tenho medo de que minha família me rejeite.”

Mulher cisgênero, bissexual, branca

GRÁFICO X
ACEITAÇÃO FAMILIAR (evangélicos)

- Não sabe da minha id. gênero e/ou or. sexual
- Não aceita, mas convive
- Não aceita e não convive
- Aceita e convive



“minha mãe [...]: levanta essa mão, mão assim é coisa de travesti!”

Homem cisgênero, gay, pardo

“Hoje minha família me aceita mas já fui internado em um centro de reabilitação por ser gay.”

Homem cisgênero, gay, branco

GRÁFICO XI
ACEITAÇÃO FAMILIAR (católicos)

- Não sabe da minha id. gênero e/ou or. sexual
- Não aceita, mas convive
- Não aceita e não convive
- Aceita e convive

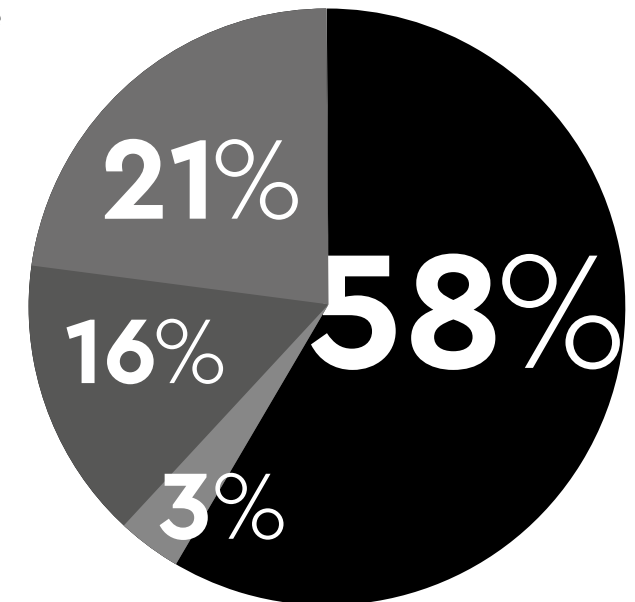
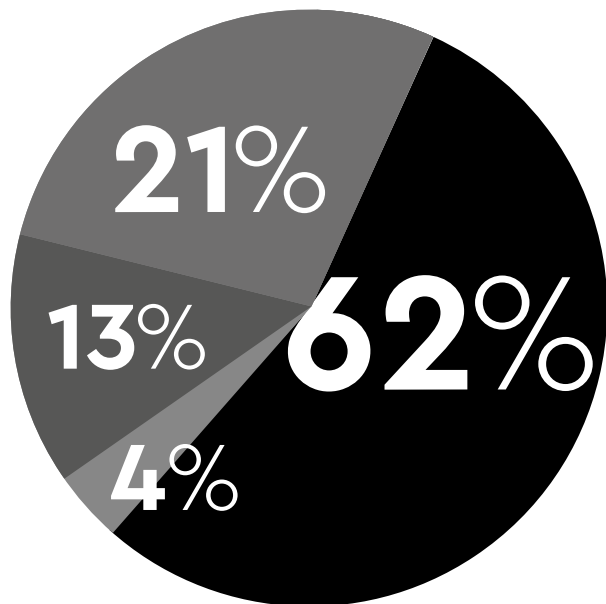


GRÁFICO XII
ACEITAÇÃO FAMILIAR (outros)

- Não sabe da minha id. gênero e/ou or. sexual
- Não aceita, mas convive
- Não aceita e não convive
- Aceita e convive



“Já fui coagida a me retirar de um estabelecimento porque segundo o gerente eu estava me excedendo e ali era um espaço de família. Mas eu estava apenas de mãos dadas com a minha namorada e havia outros casais heterossexuais se beijando e nenhum recebeu o pedido de se retirar ou de não se exceder.”

Mulher cisgênero, lésbica, branca

A publicização do afeto LGBTQIA+ ainda é um desafio em Belo Horizonte e região metropolitana e se apresenta como algo possível apenas em certos lugares do território. Enquanto **85%** disseram se sentir confortáveis para demonstrar afeto publicamente em espaços voltados ao público LGBTQIA+, apenas **25%** afirmaram o mesmo fora desses lugares. Isso claramente tem uma relação direta com experiências de violência LGBTfóbica, o que é reforçado pelos seguintes dados, também colhidos por nossa pesquisa:

24%

Já foram expulsos ou constrangidos a se retirar de algum lugar por serem pessoas LGBTQIA+.

55%

Já foram repreendidas, ameaçadas ou agredidas por demonstrar afeto publicamente, sendo que esse número cai para **12%** em espaços de convívio voltados para o público LGBTQIA+.

Ao longo da vida, a incidência das mais variadas manifestações de violência também se confirmou com nossos/as/es participantes, em especial a violência moral/psicológica, todas elas indignidades motivadas pela orientação sexual ou identidade de gênero:

46

94%

Já foram ofendidos com xingamentos ou apelidos.

22%

Já sofreram violência sexual.

31%

Já sofreram agressão física.

20%

Já receberam ameaça de morte em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

“Certa vez estávamos no Parque Municipal de BH, e um homem se aproximou de nós e começou a tocar sua genitália. [...] Parece que ser livre, de verdade, nunca será uma realidade.”

Mulher cisgênero, bissexual, parda

47

“Estava com meu namorado próximo à Praça da Liberdade e um cara desconhecido veio nos ameaçar com um chave de fenda, dizendo que iria nos matar.”

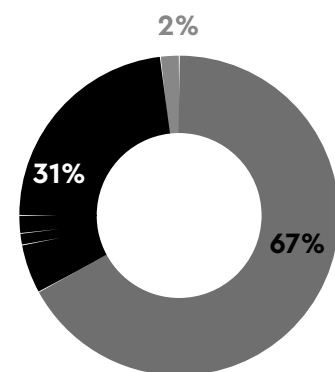
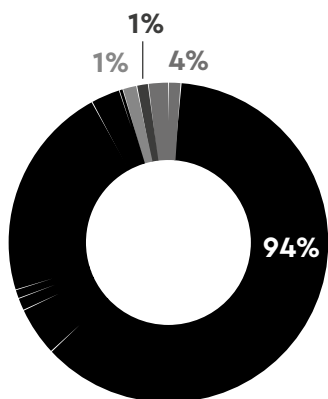
Homem cisgênero, gay, branco

GRÁFICOS XIII, XIV, XV E XVI

- Prefere não responder
- Não
- Sim
- Não sabe

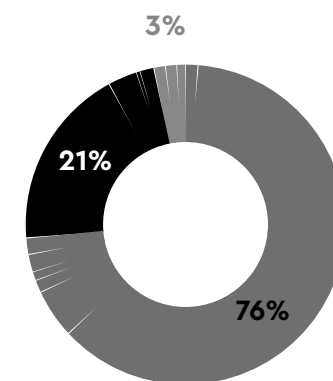
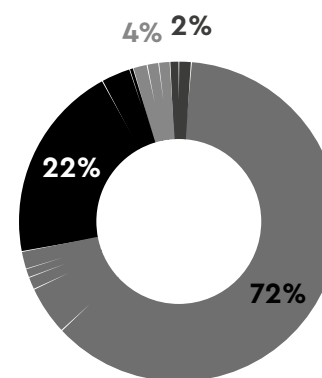
48

JÁ FOI OFENDIDO COM XINGAMENTOS OU APELIDOS



JÁ SOFREU AGRESSÃO FÍSICA

JÁ SOFREU VIOLÊNCIA SEXUAL



JÁ SOFREU AMEAÇA DE MORTE

49

Em relação à **violência doméstica**⁷, entendida aqui como aquela praticada pelo/a cônjuge, companheiro/a, namorado/a ou ficante em um relacionamento íntimo afetivo-sexual, a **maioria (57%)** dos respondentes relataram não terem sofrido nenhuma violência. Entre aqueles que relataram alguma experiência de violência:

17%

relataram tentativas do/a parceiro/a de isolá-los da família e/ou amigos.

12%

tiveram sua sexualidade questionada quando não quiseram se relacionar sexualmente.

16%

afirmaram que sua liberdade de ir e vir foi controlada durante o relacionamento.

16%

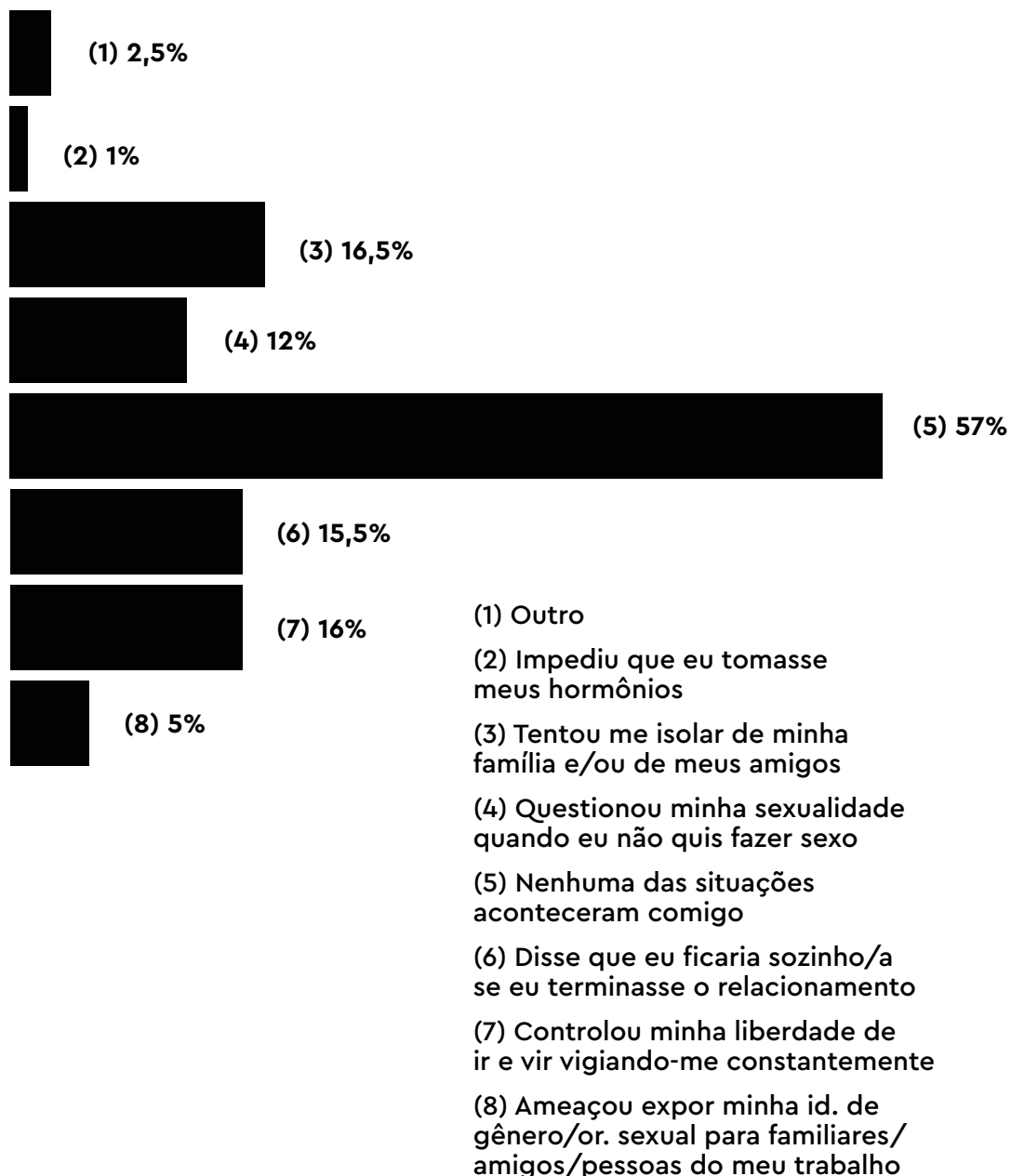
disseram que seu/sua parceiro/a usou a solidão como estratégia para que o relacionamento não terminasse.

⁷ Esta é uma pergunta nova feita pelo Observatório, que não consta da série histórica, mas que pretende introduzir um tema bastante invisibilizado dentro dos estudos da violência. Embora a legislação brasileira considere violência doméstica apenas quando mulheres são vulnerabilizadas em contextos domésticos, familiares ou em relacionamentos íntimos de afeto (Lei nº 11.340/06, também conhecida por Lei Maria da Penha), nossa pesquisa não segue essa definição legal. Neste ponto, estamos considerando casos de violência que acontecem em relacionamentos íntimos afetivo-sexuais entre pessoas LGBTQIA+ (ou seja, que acontecem com ficantes, namorados, companheiras, esposos). Queremos usar esse termo para disputar seus sentidos, visto que a literatura e as políticas voltadas para esse tema ainda são extremamente heterocentradas.

“Sempre ouvi frases como: ‘você só não gosta e tem vontade de fazer sexo porque ainda é virgem’ ou ‘você tem que ir ao psicólogo pra verificar se isso é um trauma ou uma trava’. [...] Sempre acreditei que algo errado estivesse acontecendo comigo até me identificar dentro do espectro ace.”

Mulher cisgênero, bissexual, preta

GRÁFICO XVII
 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
 (em relacionamentos íntimos de afeto)



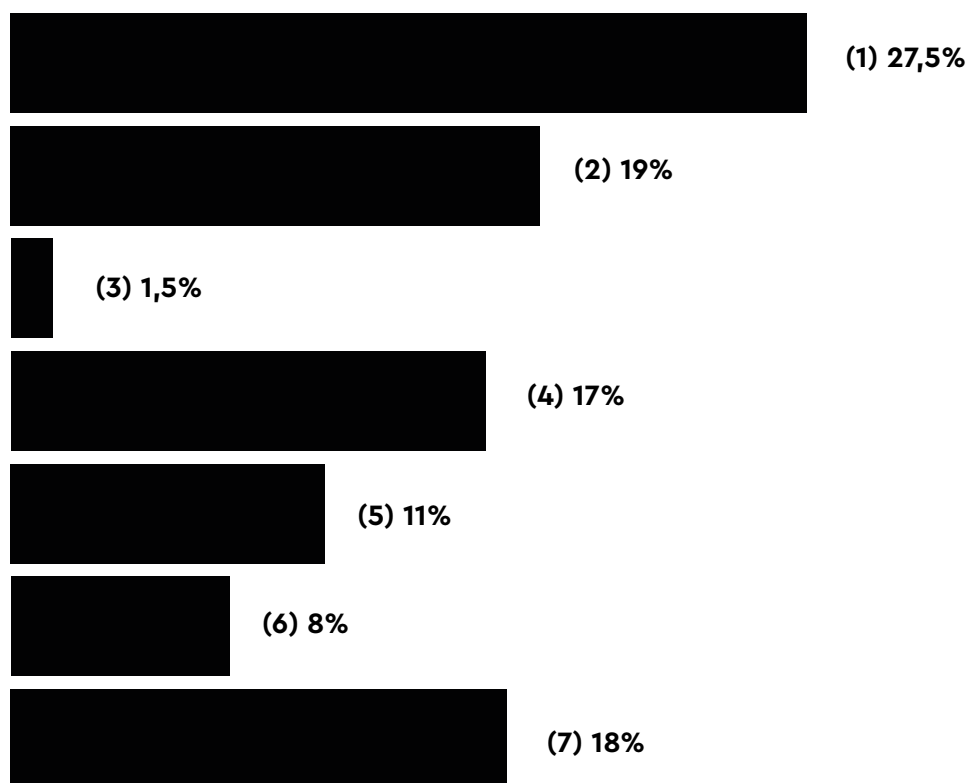
“Sofri uma violência durante uma relação sexual com outro homem. Ele fez algo que eu não consenti e não parou quando eu pedi.”

Homem cisgênero, bissexual, pardo

No que diz respeito à relação entre pessoas LGBTQIA+ e ambientes da saúde e da justiça, os números apontam para uma relação de violência e desconfiança.

- **52%** dos/as respondentes declararam que já se sentiram constrangidos a buscar atendimento médico ou psicológico em razão de suas identidades.
- Apenas **12%** dos participantes que vivenciaram alguma violência ou discriminação em razão de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual denunciaram à polícia.
- Entre aqueles que não fizeram denúncia, os motivos que motivaram essa escolha variam, porém destacam-se: “Não querer lidar com o desgaste da denúncia” (**19%**), “Descrença no trabalho da polícia” (**18%**) e “Não entendia que o que aconteceu era violência/discriminação” (**17%**).
- Entre as pessoas que denunciaram, **a maioria (63%)** classificou o atendimento policial como péssimo e apenas **25%** apontaram que o registro de ocorrência policial descreveu a motivação da violência como LGBTfóbica.

GRÁFICO XVIII
MOTIVOS PARA NÃO DENUNCIAR À POLÍCIA



- (1) Não sabe ou prefere não responder
- (2) Não quis lidar com o desgaste de denunciar (não tive tempo ou vontade de denunciar)
- (3) Não quero expor minha orientação sexual/ identidade de gênero
- (4) Não entendia que o que aconteceu era violência/discriminação
- (5) Medo de sofrer violência ou discriminação pela polícia (achei que seria maltratado/a pela polícia)
- (6) Medo de sofrer retaliação do denunciado (achei que denunciar só pioraria a situação)
- (7) Descrença no trabalho da polícia (achei que não fosse dar em nada)

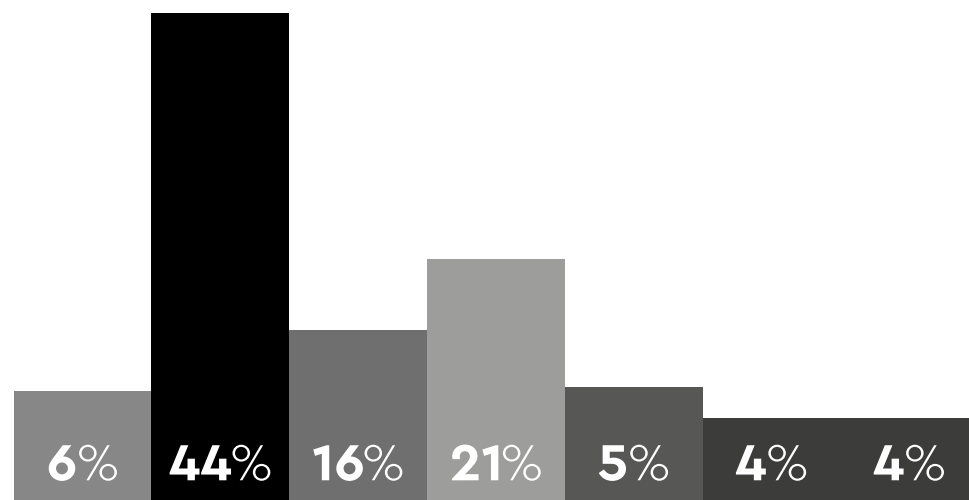
“Sofri um estupro por ser lésbica. Fui à delegacia denunciar e um interrogatório de 6 horas terminou em um relatório de 3 páginas que ficou horrível. Fui ao IML fazer exame de corpo de delito. A primeira coisa que o médico legista fez foi apertar meu peito. Depois se sentiu no direito de dar lição de moral. A denúncia demorou 8 meses pra ser investigada e o simples argumento ‘não me lembro, tem muito tempo’ foi o suficiente pra parar as investigações.”

Pessoa não binária, lésbica, branque

Uma das perguntas mais importantes da pesquisa trata sobre as demandas mais importantes para a comunidade LGBTQIA+. A pergunta admitia apenas uma resposta possível para que pudéssemos obter um panorama do que é mais urgente aos/às nossos/as/es respondentes dentre todas as necessidades que são perceptíveis. Todas as alternativas oferecidas foram marcadas, demonstrando, assim, que todas as questões colocadas ali merecem a atenção de nossa sociedade. Contudo, destaca-se como urgente a demanda por "Segurança", com **44%**, seguida por "Igualdade" (**21%**) e "Respeito" (**16%**).

GRÁFICO XIX
QUAL A DEMANDA MAIS IMPORTANTE
PARA A COMUNIDADE LGBT+

- Saúde
- Segurança
- Respeito
- Igualdade
- Trabalho
- Educação
- Outro



“[...] parados por uma viatura após eu ter feito um carinho na cabeça do meu namorado e quando descemos do carro para a eventual revista, eles permaneceram por um longo tempo tocando em nossas partes até que mais viaturas pararam pra saber o que estava acontecendo; logo após outras 3 viaturas pararem, eles liberaram a gente como se nada tivesse acontecido (só depois do transtorno fomos perceber que havíamos sido assediados).”

Homem cisgênero, gay, branco

BISSEXUAL

BISSEX

SEXUAL

Cruzamentos selecionados

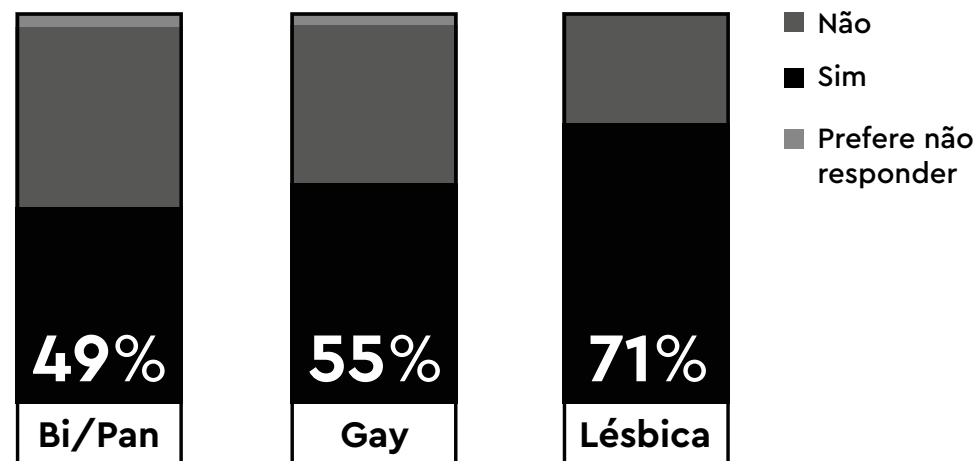
4

Alguns dos cruzamentos efetuados já foram trazidos anteriormente a fim de elucidar alguns pontos gerais trazidos no bloco anterior. Neste tópico, apresentaremos os cruzamentos de maneira mais específica, trazendo destaques para aqueles que chamaram mais nossa atenção a partir do contraste do grupo amostral.

Os cruzamentos realizados entre a orientação sexual de participantes e a incidência de violências não demonstraram grandes variações entre os grupos de Bi/Pansexuais, Gays e Lésbicas, exceto os demonstrativos a seguir.

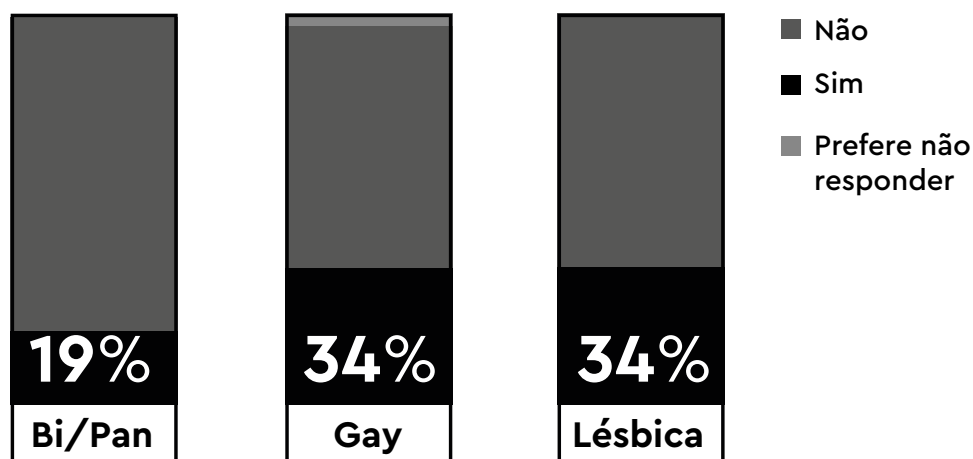
Em relação ao sofrimento de perseguição ou assédio insistente (*stalking*), **31%** das lésbicas relataram já ter sofrido, um número próximo ao de gays (**25%**), mas contrastante com o de bi/pansexuais (**18%**). As lésbicas também foram o grupo que relatou a maior taxa de repreensão/ameaça/agressão por demonstrações públicas de afeto em locais não voltados ao público LGBTQIA+: **71%** já relataram ter sofrido violência nessas situações, em contraposição aos **55%** dos gays e **49%** dos bi/pansexuais.

GRÁFICO XX
RELAÇÃO REPREENSÃO POR DEMONSTRAÇÃO PÚBLICA DE AFETO X OR. SEXUAL



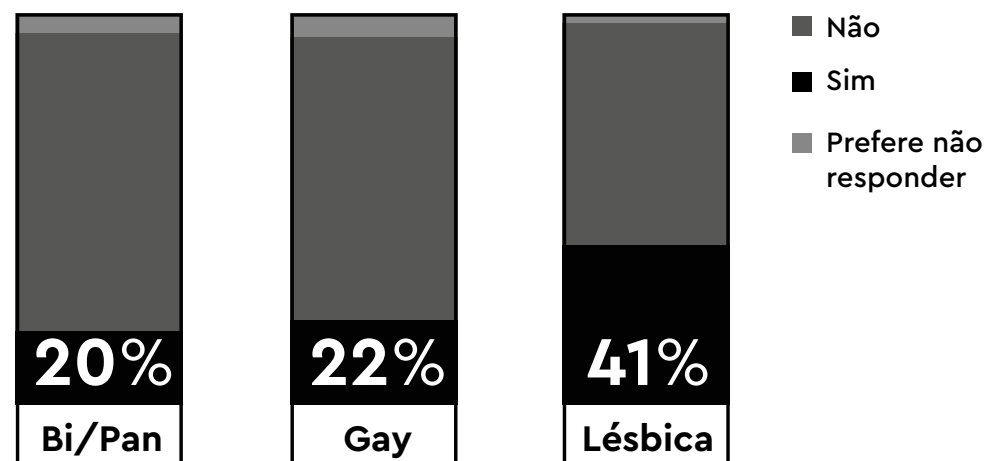
Em relação à violência física, o grupo de homossexuais (gays e lésbicas) possuem números muito próximos, com **34%** desses/as participantes tendo relatado já terem sofrido agressão física, em contraponto aos **19%** dos bi/pansexuais.

GRÁFICO XXI
RELAÇÃO AGRESSÃO FÍSICA X ORIENTAÇÃO SEXUAL



62

GRÁFICO XXII
RELAÇÃO CONSTRANGIDO/A A SE RETIRAR X OR. SEXUAL



63

Outro cruzamento que chama atenção pela divergência a partir do grupo amostral é em relação à incidência de expulsão ou constrangimento a se retirar de algum lugar em razão da orientação sexual. Enquanto **20%** dos bi/pansexuais e **22%** dos gays responderam já terem passado por essa situação, o dobro de lésbicas (**41%**), afirmaram terem vivido esse tipo de violência.

Os cruzamentos realizados com base na identidade de gênero das pessoas participantes da pesquisa serão trazidos adiante, no bloco destinado às particularidades de pessoas trans.

TRANSG

TRAIN

GÉNÉRO

Bloco de perguntas para pessoas trans

5

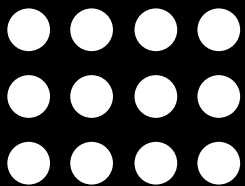
“Vivi 17 anos nas madrugadas, cada mês era um atentado diferente contra minha vida.”

Travesti, bissexual, indígena

Escolheu-se por agregar as informações relativas às pessoas trans que participaram da pesquisa em um bloco próprio por uma série de razões. Em primeiro lugar, é necessário destacar que a parcela amostral de pessoas trans que responderam à pesquisa é pequena e, portanto, os dados que serão aqui trazidos devem ser interpretados com cuidado, chamando sempre atenção ao fato de não serem necessariamente representativos da realidade desta população.

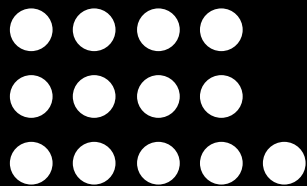
Os primeiros demonstrativos que serão trazidos aqui se referem às dezoito pessoas que, durante o questionário, responderam "sim" à pergunta: "Você se identifica como uma pessoa trans ou travesti?".

63%



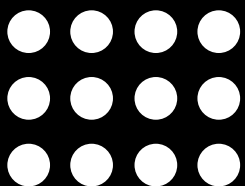
12 pessoas
relataram já terem sido constrangidas a não usar o banheiro de sua escolha.

68%



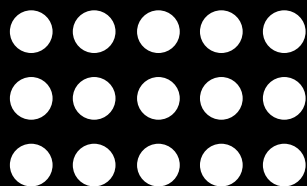
13 pessoas
relataram evitar usar banheiros públicos no trabalho, escola, *shopping* etc.

63%



12 pessoas
evitam beber e comer

83%



15 pessoas
afirmaram segurar mesmo quando sentem vontade para não frequentar banheiros fora de casa.

Quando perguntadas quais situações discriminatórias/violentas já aconteceram durante um atendimento médico ou psicológico, as respostas foram variadas, destacando-se:

"Tive que ensinar ao profissional da saúde sobre a vida/saúde de pessoas trans para obter um atendimento apropriado"

(por 13 pessoas)

"Perguntas invasivas ou desnecessárias sobre sua existência enquanto pessoa trans/travesti"

(12 pessoas)

"Recusa de usar seu nome social"

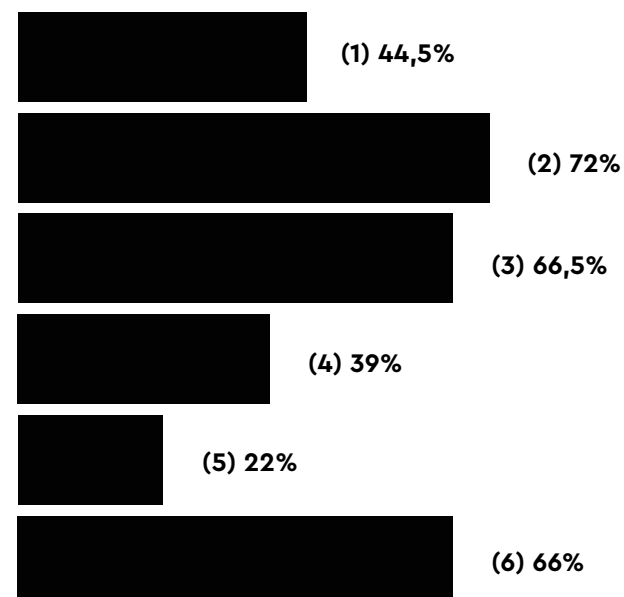
(12 pessoas)

“Foram mais 6 meses de espera até o encaminhamento chegar nas mãos de quem precisava e o mesmo só aconteceu com muita pressão, depois que acionei a rede lgbt+ dos órgãos públicos que poderiam me auxiliar. Foi um rolêzaço! E só comecei de fato a hormonização no início deste ano. As pessoas não fazem ideia do que é um ano de hormonização na vida de um trans...”

Homem trans, pansexual, preto

É importante salientar que por ser uma pergunta em que era possível marcar mais de uma situação, a somatória não reflete porcentagens, mas dados absolutos:

GRÁFICO XXIII
CONSTRANGIMENTO MÉDICO/PSICOLÓGICO



- (1) Tentaram me convencer a não prosseguir com minha transição
- (2) Tive que ensinar ao profissional da saúde sobre a vida/saúde de pessoas trans para obter um atendimento apropriado
- (3) Recusa de usar seu nome social
- (4) Recusa de tratamento (por ex. terapia hormonal, histerectomia, faloplastia, redução/reconstrução mamas,...)
- (5) Recusa de atendimento
- (6) Perguntas invasivas ou desnecessárias sobre sua existência enquanto pessoa trans/travesti

“Além do constrangimento, das constantes abordagens, já fui agredida para que saísse daquele ambiente. E muitas vezes ou não vou ao banheiro, ou vou quando tenho certeza que não há nenhuma mulher dentro dele.”

Pessoa não binária, lésbica, branque

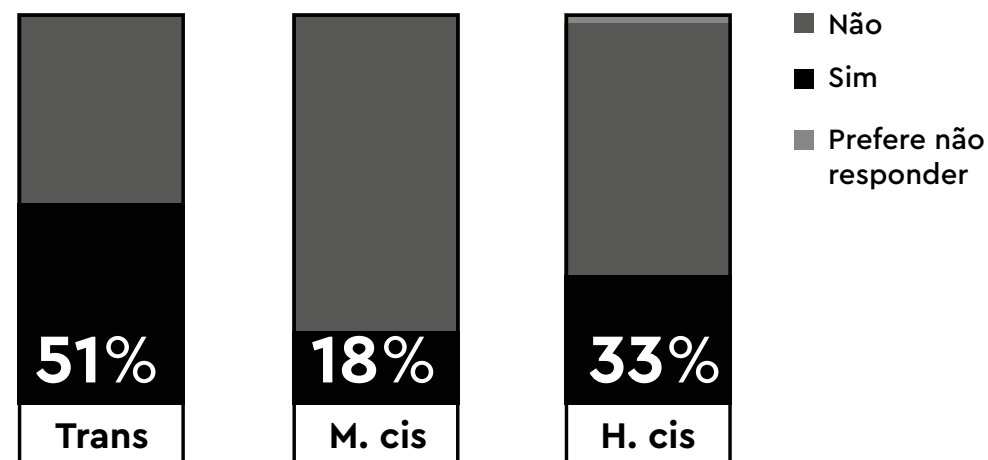
72

Diante da pequena quantidade e da multiplicidade de identidades de gênero não-cisgêneras, agrupamos “homens e mulheres trans”, “não-binários” e “outros” para os cruzamentos demonstrados daqui em diante, como forma de garantir a validade estatística dos resultados.

Em relação aos cruzamentos realizados tendo como base a identidade de gênero dos/as participantes, chama atenção a discrepância entre a porcentagem de pessoas trans que relataram terem sofrido violência física.

51% das pessoas trans relataram ter sofrido violência física, em contraposição a **33%** dos homens cis e **18%** das mulheres cis.

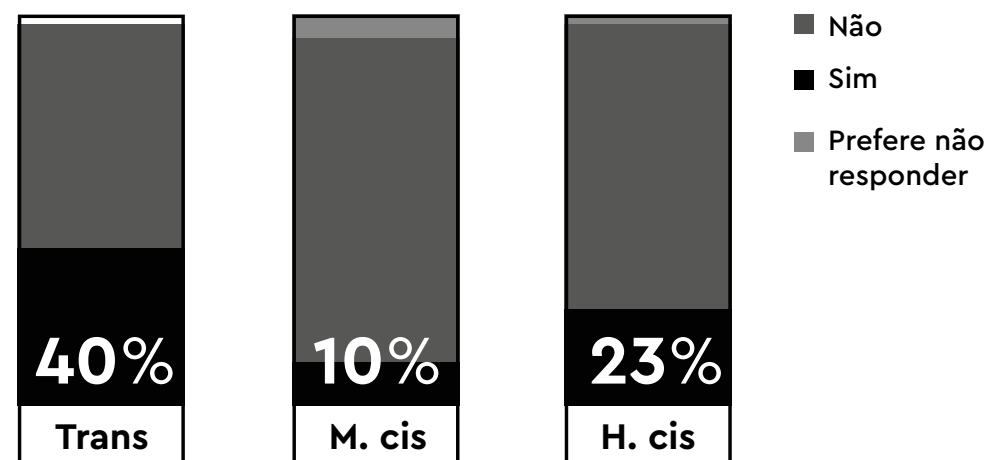
GRÁFICO XXIV
RELAÇÃO AGRESSÃO FÍSICA X ID. DE GÊNERO



Outro dado importante é a relação de pessoas trans que já relataram ter sofrido ameaça de morte em razão de sua identidade de gênero/orientação sexual (**40%**), destoando dos **23%** de homens cis e **10%** de mulheres cis.

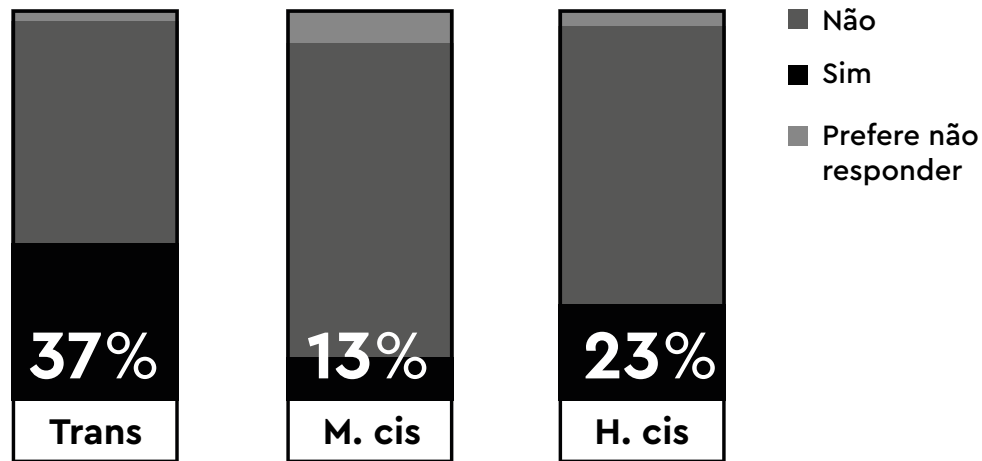
73

GRÁFICO XXV
RELAÇÃO AMEAÇA DE MORTE X ID. DE GÊNERO



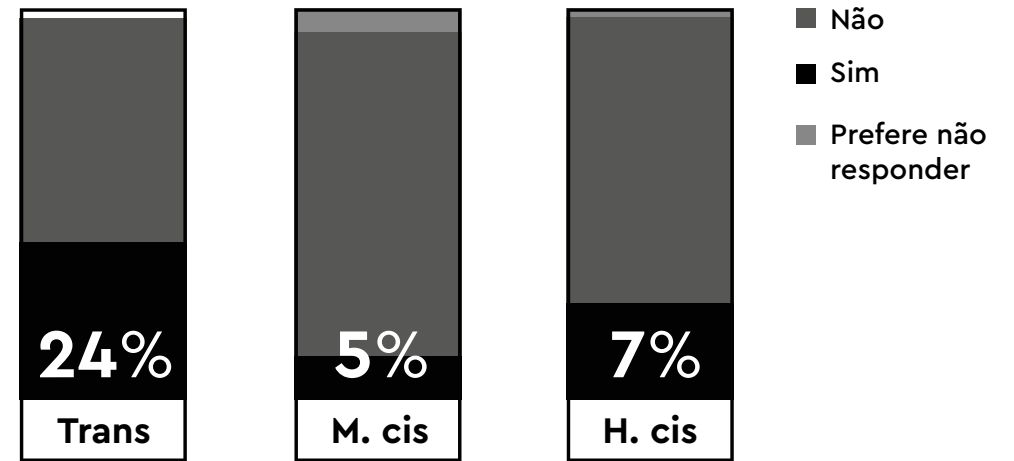
O mesmo se repete para relatos de violência sexual, em que **37%** de respondentes trans responderam afirmativamente, seguido por homens cis (**23%**) e mulheres cis (**13%**).

GRÁFICO XXVI
RELAÇÃO VIOLÊNCIA SEXUAL X ID. DE GÊNERO



74

GRÁFICO XXVII
RELAÇÃO EXPULSÃO DE CASA X ID. DE GÊNERO



75

Destaca-se ainda a quantidade de pessoas trans que participaram da pesquisa e que foram expulsas de casa, representando **24%** desse público. Novamente, lembramos do recorte privilegiado dos participantes, de maneira geral, por ser uma pesquisa aplicada virtualmente em cenário pandêmico; ainda assim, este número é alarmante. A preocupação se manifesta, sobretudo, quando comparado às porcentagens dos grupos de homens cis (**7%**) e mulheres cis (**5%**).

Significativamente, são os/as respondentes trans que trazem a pior avaliação do atendimento policial: **83%** acharam o atendimento ruim ou péssimo, enquanto **69%** de mulheres cis e de homens cis afirmaram o mesmo.

**“Enfim, se eu for relatar
tudo aqui, vou escrever
um livro.”**

Homem trans, bissexual, branco

(In)Conclusão

78

Uma pesquisa como esta acaba se revelando mais uma fonte de inquietude e questionamentos do que, propriamente, uma fonte de respostas definitivas. Desde o início sabíamos dos desafios metodológicos que seriam enfrentados ao aplicá-la virtualmente em vez de presencialmente. Sabemos, e trouxemos aqui, que algumas respostas podem estar enviesadas, dada a população que tem acesso à internet e que deseja responder a um longo questionário sobre violência LGBTQIA+ (como disse uma de nossas respondentes: “Não gostaria de relembrar violências descrevendo elas aqui, peço desculpas mas é exaustivo ter uma existência baseada em viver e reviver essas coisas, escrever dói mais que falar até”).

Como dito anteriormente, este relatório não pretende constituir uma fonte de dados quantitativos absolutos e universalizáveis para a realidade de pessoas LGBTQIA+ no Brasil. No entanto, ele nos mostra um mapa importante para aprofundamentos futuros e prioridades que ainda precisam ser construídas, sinalizando o tamanho da tarefa que ainda temos que cumprir para levar a sério a contínua negação de cidadania demonstrada neste relatório. Para nosso projeto especificamente, ele também traz algumas informações preciosas para aprofundar a análise qualitativa das experiências de vulnerabilidade desse público na realidade mineira.

A título de (in)conclusão, chama-nos a atenção que, apesar do histórico aumento dos direitos associados às pessoas LGBTQIA+, especialmente pela via judiciária superior, a demanda por segurança ainda é, isoladamente, o ponto mais urgente para esta população. Em um cenário de potência máxima da pandemia de COVID-19 enfrentada desde 2020, as demandas relacionadas à saúde ficaram em 4º lugar, atrás de igualdade e respeito, apontando que, mesmo em uma situação em que a questão sanitária era a preocupação máxima do mundo, para pessoas LGBTQIA+ em Belo Horizonte e região metropolitana alcançadas por esse estudo, as necessidades por segurança, igualdade e respeito superavam qualquer outra consideração. Essa informação é importante para repensar o que queremos dizer quando falamos em “segurança pública”, cujo debate ainda é absolutamente cisheterocentrado e capturado pela ideologia conservadora e hiperviolenta da lei e da ordem, que cada vez mais acessa os corações e mentes da população brasileira.

79



O estudo trazido aqui aponta para uma necessidade premente de pensar, enquanto matéria de importância pública, o bem-estar de pessoas LGBTQIA+ dentro e fora dos limites da família nuclear. Expulsão de casa, falta de aceitação de familiares próximos, violências físicas e psicológicas, constrangimentos ao navegar o espaço público... tudo isso também faz parte de uma discussão mais democrática sobre justiça. Cabe perguntar quem efetivamente tem direito de usufruir das benesses que Belo Horizonte e sua região metropolitana têm a oferecer aos seus moradores. Um lugar que se orgulha tanto por sua história de luta pela liberdade, não pode ser, ainda hoje, um ambiente inóspito para seus cidadãos mais vulneráveis. Manter Minas Gerais segregada e violenta é um desserviço a todes, com custos altíssimos para quem vive a brutalidade da violência e da discriminação. Portanto, como fazemos há vários anos, insistimos que a cidadania de pessoas LGBTQIA+ ainda é matéria menor aos olhos do Estado brasileiro em suas variadas dimensões. Saudamos, no entanto, os últimos acontecimentos positivos a nível federal, com a aprovação de novas estruturas voltadas a pensar seriamente as demandas desse povo tão diverso, mas o caminho ainda é longo pela frente. Continuaremos vigilantes do presente e demandantes de um novo futuro em que nossa existência seja segura, respeitada e enxergada em pé de igualdade.

Referências

#VOTELGBT. **Diagnóstico LGBTQ+ na pandemia:** desafios da comunidade LGBTQ+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. [S. l.]: BOX1824, 2020.

#VOTELGBT. **Semana do Orgulho SP 2022:** relatório de pesquisa. 2022.

BARROS, Alerrandre. Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019. **Agência IBGE Notícias**, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em: 24 out. 2022.

CETIC. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC domicílios 2020:** Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil e suas regiões. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 02 maio 2023.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Recognition of the Rights of LGBTI Persons**. [S.l.]: Organização dos Estados Americanos, 2018.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Violência contra pessoas LGBTI**. [S.l.]: Organização dos Estados Americanos, 2015.

DIVERSO UFMG, Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero. **Relatório de violências contra pessoas LGBTQ+:** pesquisa da 22ª Parada do Orgulho LGBTQ de Belo Horizonte – 2019.

DIVERSO UFMG, Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero. **Relatório Final da 21ª Parada do Orgulho LGBTQ** | Belo Horizonte – 2018.

DIVERSO UFMG, Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero. **Relatório Final da 20ª Parada do Orgulho LGBTQ** | Belo Horizonte – 2017.

LAVRAKAS, Paul. **Encyclopedia of Survey Research Methods**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: SAGE Publications, 2008.

LISBOA, Vinícius. "A gente foi defenestrada da política pública", diz secretária LGBTQIA: Symmy Larrat afirma que cenário atual é de terra arrasada. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/gente-foi-defenestrado-da-politica-publica-diz-secretaria-lgbtqia>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LUZ, Solimar. Censo: Justiça desobriga IBGE a perguntar sobre identidade de gênero. **Radio Agência Nacional**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-06/censo-justica-desobriga-ibge-perguntar-sobre-identidade-de-genero>. Acesso em: 24 out. 2022.

PORTELA, Poema; FERES JÚNIOR, João. Pessoas trans nas universidades federais do Brasil. **Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa**, 2021. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/>. Acesso em: 25 out. 2022.

PRADO, Marco Aurélio Máximo Prado (coord.). **Relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ sobre inquéritos policiais envolvendo travestis e transexuais no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: NUH, 2018.

RAMOS, Marcelo Maciel. Teorias feministas e teorias queer do direito: gênero e sexualidade como categorias úteis para a crítica jurídica. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 3, 2021, p. 1679–1710.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **Guidelines for producing statistics on violence against women: statistical surveys**. New York: United Nations, 2014.

Links externos

Descritivo completo dos dados tabulados do questionário virtual. Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Jj16x5MbWwpOv_C-Sew9WjpS57iugtWi/edit?usp=sharing&oid=105773724826171684234&rtpof=true&sd=true.

Roteiro das perguntas do questionário virtual autoaplicável. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AYRpdzYDBmbeOVw57QYKn4L0DXBlmUuN/view?usp=sharing>.

Relatório "**Violência contra pessoas LGBTQ no Brasil e no mundo: relatório de pesquisa e crítica metodológica**", de Aline Lopes, Samantha Nagle C. de Moura e João Felipe Zini Cavalcante de Oliveira.

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MXoBODYjWDLEZv0ihcSiaSv6zsp5z3bS/view?usp=sharing>.

Webinar "Pesquisas Queer: desafios metodológicos para a pesquisa sobre violência contra pessoas LGBTQ". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W77_buRa3wk.

Reportagem TV UFMG de 10/09/2021, "**Observatório na Faculdade de Direito estuda violência contra a população LGBTQ+: objetivo é gerar dados para subsidiar a elaboração de políticas públicas destinadas a essa comunidade**".

Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/grupo-de-pesquisa-da-ufmg-estuda-a-violencia-contra-lgbt>.